

José Carlos Costa Netto

DIREITO AUTORAL no Brasil

4ª edição
revista, ampliada e atualizada
2023

saraiva **jur**

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Fátima Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César
Novos projetos Aline Darcy Flor de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Rosana Peroni Fazolari
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Bárbara Padovan

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CFB-4.9949

C837d

Costa Netto, José Carlos

Direito autoral no Brasil / José Carlos Costa Netto. - 4. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023.

728 p.

ISBN: 978-65-5362-539-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito autoral. 3. Proteção. 4. Registro. I. Título.

2022-3932

CDD 342.28

CDU 347.78

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito autoral	342.28
2. Direito autoral	347.78

1232984

Data de fechamento da edição: 12-1-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 620877

CL. 808065

CAE 819803



Sumário

Apresentação à 4ª edição	VII
Apresentação à 3ª edição	IX
Apresentação à 2ª edição	XI
Apresentação à 1ª edição	XIII
Prefácio à 4ª edição	XV
Prefácio à 3ª edição	XIX
Prefácio à 2ª edição	XXI
Prefácio à 1ª edição	XXV

CAPÍTULO 1	1
O direito autoral e sua relevância na evolução da civilização. Tratamento constitucional da matéria	
1.1. A discussão entre os direitos individuais e os direitos sociais	1
1.2. A convivência harmoniosa/colidente das normas constitucionais no âmbito do direito autoral	5
1.2.1. A propriedade como direito fundamental da pessoa humana e sua função social	5
1.2.1.1. Noções gerais sobre os direitos da personalidade e sua relevância no mundo jurídico	7
1.2.1.2. A distinção entre a propriedade material e a propriedade intelectual ou direitos intelectuais	11

1.2.2.	Por que proteger a criação intelectual no plano individual e não considerá-la – em função de sua relevância social – um bem público de livre utilização?	13
1.2.3.	Harmonização das demais regras constitucionais no campo do direito autoral	15
1.3.	A necessidade de aprimoramento à proteção do direito de autor	17

CAPÍTULO 2

Inter-relação com outras matérias: propriedade industrial (marcas e patentes), direito à honra, ao nome e à imagem

2.1.	Considerações iniciais.....	19
2.2.	O direito de propriedade industrial.....	20
2.3.	Os direitos da personalidade.....	23
2.3.1.	O direito à honra	24
2.3.2.	O direito ao nome	27
2.3.3.	O direito à imagem.....	30
2.3.3.1.	Evolução histórica: consolidação. Jurisprudência da tutela ao direito de imagem	30
2.3.3.2.	A Constituição de 1988	32
2.3.3.3.	O Código Civil de 2002.....	33
2.3.3.4.	A compatibilização entre as tutelas jurídicas do direito de autor e direito de imagem	34
2.3.3.4.1.	A “imagem-retrato”	35
2.3.3.4.2.	A “imagem-atributo”	39
2.3.3.4.3.	As obras biografadas.....	39
2.3.3.4.4.	Quanto ao direito ao esquecimento.....	52
2.3.3.4.5.	A caricatura e a charge.....	54

CAPÍTULO 3

A evolução histórica no mundo e no Brasil

3.1.	Evolução internacional da matéria	61
3.1.1.	A Antiguidade e os primeiros precedentes	61
3.1.2.	Da Idade Média ao sistema dos privilégios editoriais.....	65
3.1.3.	Da primeira lei de direitos autorais às inovações da Revolução Francesa e do Código de Napoleão.....	70
3.1.4.	A era das Convenções Internacionais de Direito de Autor.....	75

3.1.4.1.	O século XIX e a primeira Convenção Internacional da matéria	75
3.1.4.2.	O século XX e as Revisões da Convenção de Berna (<i>droit d'auteur</i>), a Convenção Universal (<i>copyright</i>) e a Convenção de Roma para os direitos conexos aos de autor	76
3.1.4.3.	A convergência mundial da matéria e os tratados internacionais de direito de autor da última década do século XX.....	78
3.1.4.4.	O Acordo TRIPS (OMC) de 1994 e o direito de autor.....	79
3.1.4.5.	Os Tratados da OMPI de 1996.....	81
3.1.4.6.	O Tratado da OMPI de 2012.....	82
3.2.	Evolução legislativa da matéria no Brasil.....	83
3.2.1.	Precedentes legais do século XIX e a primeira lei brasileira de direito de autor.....	83
3.2.2.	Do Código Civil de 1916 à Lei Autoral de 1973.....	85
3.2.3.	A Lei Autoral Brasileira de 1973.....	88
3.2.4.	A legislação posterior a 1973 e as inovações do Regime Constitucional de 1988, Lei de Direito Autoral de 1988 e do Código Civil de 2002	90
3.2.4.1.	Antecedentes legislativos – em relação à matéria – à Lei Autoral de 1998	90
3.2.4.2.	A influência das inovações do regime constitucional de 1988 no direito de autor.....	92
3.2.4.3.	A Lei n. 9.610, de 1998, e a sua assimilação da nova orientação constitucional.....	95
3.2.4.3.1.	Antecedentes históricos ao Projeto da Lei Autoral Brasileira de 1998	95
3.2.4.3.2.	A Lei de Direitos Autorais vigente.....	96
3.2.4.4.	O Código Civil de 2002 e as regras aplicáveis ao direito autoral.....	96
3.2.4.5.	Alteração, em 2003, do Código Penal e do Código de Processo Penal em relação às violações de direito autoral.....	97
CAPÍTULO 4	99
	Natureza jurídica, conceito, terminologia e autonomia científica	
4.1.	Breve histórico.....	99
4.2.	A inadequação ao direito de autor da teoria da propriedade.....	100
4.3.	A prevalência da teoria dualista	104
4.4.	Considerações sobre a teoria monista	106

4.5. A teoria dualista como base do direito positivo brasileiro e a terminologia.....	108
4.6. A autonomia científica do direito de autor.....	112

CAPÍTULO 5..... 115

O objeto do direito e sua titularidade

5.1. O embate teórico entre a “ideia” e a “obra” como objeto de proteção ...	115
5.2. O objeto do direito: a obra intelectual.....	125
5.3. A titularidade originária: o autor, pessoa física.....	133
5.3.1. O titular originário.....	133
5.3.1.2. A distinção dos regimes jurídicos de coautoria e colaboração em obra intelectual.....	135
5.3.2. A titularidade originária de pessoa jurídica.....	136
5.3.2.1. Regime jurídico da obra coletiva.....	137
5.3.2.1.1. Tratamento internacional da matéria: o direito francês contemporâneo.....	137
5.3.2.1.2. Regime jurídico pátrio.....	140
5.4. A titularidade derivada.....	144
5.4.1. A questão da titularidade da pessoa jurídica.....	148
5.4.1.1. As diversas modalidades de relacionamento entre os autores e intérpretes e as empresas usuárias de obras intelectuais.....	148
5.4.1.2. O regime de proteção legal do autor e demais titulares de direitos autorais no seu relacionamento com as empresas usuárias de obras intelectuais: primeira hipótese, a questão da cessão de direitos.....	150
5.4.1.2.1. Noções gerais sobre o regime jurídico da criação de obra intelectual mediante a prestação de serviços.....	151
5.4.1.2.2. A segunda hipótese – a criação de obras intelectuais sob o regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício.....	152
5.4.1.2.3. Terceira hipótese – a criação ou interpretação de obras intelectuais sob o regime de prestação de serviços com vínculo empregatício.....	157

CAPÍTULO 6..... 161

As várias modalidades de obras intelectuais protegidas

6.1. O elenco legal exemplificativo – e não exaustivo – de obras intelectuais protegidas.....	161
---	-----

6.1.1.	A relação de obras do direito positivo brasileiro vigente.....	162
6.1.2.	As demais obras intelectuais protegidas	176
6.2.	A obra musical	182
6.2.1.	A terminologia	182
6.2.2.	A obra musical originária.....	184
6.2.3.	As obras musicais derivadas.....	189
6.2.4.	A titularidade de direito	190
6.2.4.1.	A titularidade originária do direito de autor na obra musical	190
6.2.4.1.1.	O compositor da música e o letrista	190
6.2.4.1.2.	O arranjador e o compositor das variações.....	193
6.2.4.2.	A titularidade derivada de direito de autor na obra musical.....	194

CAPÍTULO 7 199

Direitos morais

7.1.	Natureza jurídica: a integração do direito moral de autor como direito da personalidade	199
7.2.	Classificação dos direitos morais de autor: precedentes jurisprudenciais.....	202
7.3.	Regras sucessórias	206

CAPÍTULO 8 209

Direitos patrimoniais

8.1.	Noções preliminares.....	209
8.2.	Os direitos patrimoniais de autor: direitos de reprodução e representação	210
8.3.	A diversidade de formas de utilização de obras intelectuais e o exercício do direito patrimonial de autor	219
8.3.1.	As formas de utilização lícita de obras intelectuais.....	219
8.3.2.	A gravação ou fixação de obra intelectual	220
8.3.3.	A transcrição, sincronização ou inclusão de obra intelectual em outra obra ou produto	222
8.3.4.	A tradução, adaptação e outras transformações da obra intelectual originária.....	227
8.3.5.	A reprodução de obras intelectuais.....	229
8.3.6.	A distribuição de obras intelectuais	236

8.3.7.	A comunicação (ao público) de obras intelectuais.....	241
8.3.7.1.	A representação ou execução pública direta (“ao vivo”) ou indireta (radiodifusão, cabo, satélite, computador).....	241
8.3.7.2.	O regime legal brasileiro de representação e execução pública direta (“ao vivo”) ou indireta (radiodifusão, cabo, satélite, computador).....	242
CAPÍTULO 9	251
As limitações ao direito autoral		
9.1.	O princípio constitucional de proteção jurídica ao direito autoral: amplitude e temperamentos.....	251
9.1.1.	O regime da Carta Constitucional de 1988 em relação ao direito de autor.....	251
9.1.2.	A compatibilização das normas constitucionais sobre a matéria.....	253
9.2.	A delimitação da região fronteira de colidência do direito autoral e demais direitos fundamentais.....	254
9.2.1.	Delimitação da abrangência do direito autoral no plano genérico ...	254
9.2.2.	Delimitação da abrangência do direito autoral no plano específico: as limitações legais no exercício, pelo autor, de direitos exclusivos de utilização de sua obra intelectual.....	256
9.2.3.	Evolução legislativa.....	257
9.3.	O regime legal vigente.....	261
9.3.1.	A regra internacional.....	261
9.3.2.	O regime legal brasileiro vigente: as principais inovações – no campo das limitações dos direitos de autor – da Lei n. 9.610/98.....	264
9.3.2.1.	A restrição da “cópia privada”.....	265
9.3.2.2.	A utilização, em obra intelectual, de obra intelectual preexistente e a manutenção, pela lei de 1998, das limitações já existentes no regime legal brasileiro.....	266
CAPÍTULO 10	277
Os direitos conexos aos de autor		
10.1.	Noções gerais e titularidade de direitos conexos.....	277
10.2.	A titularidade de direitos conexos das pessoas jurídicas: o produtor de fonogramas.....	282
10.2.1.	A orientação internacional.....	284

10.2.2.	Consolidação legislativa no Brasil e a questão da titularidade originária de direitos conexos do produtor de fonogramas.....	285
10.2.3.	A polémica doutrinária em relação à possibilidade de atribuição de titularidade originária de direitos conexos ao produtor de fonogramas.....	287
10.3.	O regime legal vigente – de natureza civil e penal – dos direitos conexos aos de autor	289
10.4.	Os direitos conexos aos de autor das empresas de radiodifusão	292
10.5.	O direito de arena.....	293
CAPÍTULO 11	295
	Proteção dos direitos autorais nos meios digitais de comunicação	
11.1.	As novas modalidades de utilização de obras intelectuais surgidas com a evolução tecnológica e sua proteção jurídica.....	295
11.1.1.	A revolução digital das últimas décadas e sua influência no campo dos direitos autorais	295
11.1.1.1.	Breve histórico internacional	295
11.1.1.1.1.	O advento da tecnologia digital e da rede mundial de computadores (internet).....	295
11.1.1.1.2.	A resposta jurídica internacional para proteção do direito autoral na internet	298
11.1.1.1.2.1.	Os três Tratados Internet da OMPI.....	298
11.1.1.1.2.1.1.	O Tratado Internet OMPI relativo ao Direito de Autor (WCT)	298
11.1.1.1.2.1.2.	O Tratado Internet OMPI relativo a Direitos Conexos (WPPT).....	301
11.1.1.1.2.1.3.	O Tratado Internet OMPI de Beijing de 2012, relativo a Interpretações e Execuções Audiovisuais.....	302
11.1.1.1.2.2.	Digital Millenium Copyright Act dos Estados Unidos, a Diretiva Europeia voltada à Era da Informação, e a experiência francesa da HADOPI	303
11.1.1.1.2.2.1.	O Digital Millenium Copyright Act de 1998, dos Estados Unidos	303
11.1.1.1.2.2.2.	As Diretivas Europeias de 2000 e 2019	304
11.1.1.1.2.2.3.	A experiência francesa da Haute Autorité pour la Diffusion des Ouvres et la Protection des Droits sur l'internet (HADOPI)...	305

11.2. A Lei Brasileira de 1998 e a consequente proteção dos direitos autorais na era digital.....	306
11.2.1. Breve histórico.....	306
11.2.2. A pluralidade de utilizações de obras intelectuais no âmbito digital e o tratamento jurídico na Lei n. 9.610/98.....	308
11.2.3. O regime jurídico brasileiro de controle de direitos autorais no ambiente digital.....	309
11.2.3.1. Modalidades de controle.....	309
11.2.4. A gestão coletiva de direitos autorais de obras musicais e fonogramas na internet: a decisão precursora do Superior Tribunal de Justiça....	312
11.2.4.1. Sistema da regra geral aplicável à gestão coletiva de direitos autorais: a transmissão de obras e bens intelectuais.....	312
11.2.4.1.1. A regra geral.....	312
11.2.4.2. A transmissão de obras musicais e fonogramas na internet: a gestão coletiva exercida pelo Escritório de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (ECAD).....	314
11.2.4.3. A distribuição, nos meios digitais, como modalidade independente de utilização de obras musicais e fonogramas: a necessidade de autorizações distintas.....	317
11.2.4.4. O decisivo precedente jurisprudencial sobre <i>streaming</i> de obras musicais e fonogramas na internet: a função construtiva do Superior Tribunal de Justiça.....	320
11.3. A responsabilidade dos provedores nas violações de direitos autorais na internet.....	323
11.3.1. Modalidades de provedores nas redes digitais.....	323
11.3.2. A responsabilidade dos provedores de internet nas violações a direitos autorais.....	324
11.3.2.1. A responsabilidade dos provedores de internet sob o aspecto genérico.....	324
11.3.2.2. As violações de direitos autorais na internet e a responsabilidade dos provedores no Brasil: legislação e precedentes jurisprudenciais	326
11.3.2.2.1. A responsabilidade objetiva nas violações a direitos autorais como regra geral.....	326
11.3.2.2.2. A responsabilização dos provedores em violação de direitos autorais na internet.....	328

CAPÍTULO 12	331
Contratos típicos de direitos autorais: a edição de obra intelectual e a cessão ou transferência de direitos autorais	
12.1. Considerações preliminares: a sólida proteção legal aos negócios de licenciamento de uso de obra intelectual e cessão de direitos autorais.....	331
12.2. Natureza jurídica e distinção entre os negócios de edição e cessão de direitos autorais.....	334
12.2.1. Breve introdução histórica legislativa	334
12.2.2. Distinção entre os negócios jurídicos de cessão de direitos e edição de obra intelectual.....	335
12.3. A edição.....	339
12.4. A cessão ou transferência de direitos autorais	343
12.4.1. O regime jurídico da prestação de serviço.....	347
12.4.1.1. Regimes remuneratórios da prestação de serviço geradora de direito autoral	350
12.4.1.2. A obra audiovisual como exemplo da diversidade de direitos e consequentes relações contratuais e remuneratórias envolvidas.....	354
12.4.2. Regime legal da proibição de cessão ou transferência de direitos autorais	360
12.4.2.1. Evolução legislativa	360
12.4.2.2. O regime jurídico vigente	367
12.4.2.2.1. A regra proibitiva de cessão de direitos autorais decorrentes da prestação de serviços: extensão e forma de aplicação	370
12.4.2.2.2. Conclusões	373
CAPÍTULO 13	379
A gestão coletiva e o controle do aproveitamento de obras intelectuais nas suas diversas formas de utilização	
13.1. A gestão coletiva e sua evolução no Brasil: antecedentes, criação legal, início de atividades e consolidação do ECAD	379
13.1.1. Histórico.....	379
13.1.2. A criação legal do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).....	384
13.1.2.1. O CNDA – início, reorganização, consolidação, desativação e extinção.....	385

13.1.2.2. O ECAD e a unificação da arrecadação e distribuição de direitos autorais decorrentes da execução pública de obras musicais	389
13.1.3. As questões surgidas com o advento do regime constitucional de 1988 ...	396
13.1.3.1. A excepcionalidade legal do controle individualizado de direitos autorais decorrentes de execução pública de obras musicais	396
13.1.3.2. A compatibilidade do sistema de gestão coletiva de responsabilidade do ECAD instituído pela Lei n. 5.988, de 1973, com o regime constitucional vigente e com a nova Lei Brasileira de Direitos Autorais de 1998	398
13.1.3.2.1. A harmonia das normas constitucionais de 1988 com a Lei n. 5.988, de 1973	398
13.1.3.2.2. A compatibilização constitucional da Lei n. 9.610, de 1998, e a autonomia privada do ECAD, como entidade única para as atribuições previstas em lei	403
13.1.4. O ECAD no âmbito da Lei n. 9.610, de 1998	406
13.1.4.1. A consolidação legal e jurisprudencial quanto à legitimidade do ECAD em atuar em substituição processual dos titulares de direitos autorais no campo musical	406
13.1.4.2. A modificação, em 1998, do regime legal de remuneração autoral na execução pública de obras musicais: a exigibilidade da licença do ECAD também em utilizações sem finalidade de lucro	412
13.1.4.3. O retorno da presença estatal na gestão coletiva de direitos autorais	418
13.1.4.3.1. O advento da Lei n. 12.853, de 2013	418
13.1.4.3.2. O Decreto n. 8.469, de 2015	423
13.1.4.4. O ECAD e as demais questões jurídicas relacionadas às suas atividades e atualmente também pacificadas junto ao Superior Tribunal de Justiça	425
13.1.5. O ECAD e as regras e os critérios vigentes na arrecadação e distribuição de direitos autorais decorrentes de execução pública de obras musicais	437
13.1.5.1. A arrecadação	437
13.1.5.1.1. A autonomia do ECAD quanto aos critérios de cobrança e fixação de preços de direitos autorais	437
13.1.5.1.2. Regras e critérios adotados pelo ECAD para cobrança de direitos autorais	439
13.1.5.2. A distribuição	463

13.1.6.	A consolidação do ECAD e seu histórico de gestão coletiva no Brasil ...	480
13.2.	A gestão coletiva de direitos autorais de obras dramáticas, literárias e visuais	481
13.2.1.	A SBAT e a gestão coletiva de obras dramáticas	483
13.2.2.	A ABDR e a gestão coletiva no campo da reprografia de obras literárias	485
13.2.3.	A AUTVIS e a gestão coletiva dos autores visuais	486
CAPÍTULO 14	487
Violações de direitos autorais		
14.1.	O plágio, a contrafação e a utilização indevida	487
14.2.	Controle, medidas e sanções de natureza administrativa.....	494
14.3.	Medidas judiciais de natureza civil	497
14.4.	Violações de direito autoral de natureza penal.....	501
14.5.	Prescrição civil no direito autoral	505
14.5.1.	Breve histórico	505
14.5.2.	O regime legal vigente para prescrição das ações civis relativas a direito autoral	506
14.5.2.1.	A lacuna legislativa	506
14.5.2.2.	As três principais teorias surgidas para supressão da lacuna legislativa	507
14.5.2.3.	O Código Civil de 2002 e os prazos prescricionais vigentes para as violações de direito de autor	508
14.5.3.	A dissidência jurisprudencial em relação ao prazo prescricional no campo da gestão coletiva de direitos autorais.....	510
CAPÍTULO 15	517
Danos autorais e sua reparação		
15.1.	Evolução internacional da reparação de danos no campo do direito de autor	517
15.1.1.	Antecedentes reparatórios às convenções internacionais	517
15.1.2.	As convenções internacionais e a orientação para reparação de danos autorais	520
15.1.2.1.	França	521
15.1.2.2.	Alemanha	522

15.1.2.3. Grã-Bretanha.....	524
15.1.2.4. Suécia e Suíça	525
15.1.2.5. Itália, Portugal e União Soviética	526
15.1.2.6. Japão.....	528
15.1.2.7. Estados Unidos.....	529
15.1.2.8. Canadá.....	532
15.1.2.9. Argentina, Chile e Uruguai	534
15.2. A orientação de reparação de danos autorais e os tratados internacionais da década de 1990 (OMC e OMPI) e da Diretiva Europeia de 2004	535
15.2.1. O Acordo TRIPS (OMC) de 1994.....	535
15.2.2. Os Tratados da OMPI de 1996.....	536
15.2.3. A Diretiva Europeia de 2004	537
15.3. Evolução legislativa da matéria no Brasil.....	540
15.3.1. Precedentes à Lei Autoral de 1973.....	540
15.3.2. A reparação de danos autorais previstos na Lei de 1973	543
15.3.3. As regras reparatórias inseridas na Constituição Federal de 1988, na Lei Autoral de 1998 e no Código Civil de 2002 aplicáveis aos danos autorais	545
15.3.3.1. Aspectos da reparação de danos na Carta Magna de 1988.....	545
15.3.3.2. A reparação de danos nas Leis Autorais Brasileiras de 1998	546
15.3.3.3. O regime de reparação de danos no Código Civil Brasileiro de 2002	549
15.4. O dano autoral e sua reparação	551
15.4.1. A harmonização – e distinção – entre o regime geral e o especial	551
15.4.2. Pressupostos clássicos da responsabilidade civil: culpa, relação de causalidade, violação de direito (prática do ato ilícito) e dano	552
15.4.2.1. A culpa como condição à obrigatoriedade indenizatória.....	552
15.4.2.2. O requisito da relação de causalidade.....	553
15.4.2.3. A questão da violação de direito (prática de ato ilícito) como pressuposto à reparabilidade do dano.....	555
15.4.3. Danos de natureza autoral	556
15.4.3.1. Fundamento jurídico do dano autoral	556
15.4.3.1.1. Dano autoral: noções conceituais preliminares	556
15.4.3.1.2. O dano autoral como pressuposto da responsabilidade reparatória....	557
15.4.3.2. O dano autoral e sua natureza moral e patrimonial.....	558

15.4.3.2.1. Dano autoral patrimonial.....	560
15.4.3.2.2. Dano autoral moral	562
15.5. Critérios de reparação de danos autorais	571
15.5.1. A distinção entre a sanção penal e civil.....	571
15.5.2. Modalidades de sanções civis: a relevância da reparação de danos como sanção fundamental no direito de autor.....	573
15.5.2.1. Sanções civis não pecuniárias	574
15.5.2.2. Sanções civis pecuniárias (reparatórias e punitivas) e sua relevância para a efetividade da proteção do direito de autor	575
15.5.2.3. ● duplo caráter indenizatório das violações	576
15.5.2.3.1. Assimilação no âmbito reparatório das teorias da “pena civil”, dos “danos punitivos”, do “valor do desestímulo” e do “enrique- cimento ilícito”	576
15.5.2.3.2. Consolidação do fundamento do duplo caráter indenizatório (ressarcitório e punitivo) no direito de autor.....	579
15.6. Critérios para reparação de danos decorrentes da violação de direitos morais de autor	589
15.6.1. A prevalência dos direitos morais de autor aos patrimoniais	589
15.6.1.2. Danos autorais de natureza moral e patrimonial: similitudes e diferenciações de critérios indenizatórios.....	591
15.6.1.2.1. Considerações iniciais.....	591
15.6.1.2.2. As similitudes e distinções de critérios indenizatórios entre os danos autorais de natureza moral e os patrimoniais	592
15.6.1.2.3. Em conclusão: os critérios para reparação de danos autorais decorrentes da violação de direitos morais de autor.....	593
15.7. A orientação recente da jurisprudência brasileira	597
15.7.1. Critérios reparatórios para os danos autorais de natureza patrimonial ...	597
15.7.1.1. Violações ao direito de reprodução: reconhecimento do caráter sancionatório da reparação	597
15.7.1.2. Violações ao direito de execução pública: reconhecimento do caráter sancionatório da reparação	602
15.7.1.3. Precedentes relevantes na reparação de danos, com caráter sancio- natório, decorrentes de violações de direito autoral sobre programas de computador	609

15.7.2.	Critérios reparatórios para os danos autorais de natureza moral: o caráter inibitório-punitivo da condenação	615
15.7.2.1.	Casos de direito de autor.....	615
15.7.2.2.	Reparação de dano moral – campo de direitos conexos aos de autor	622
15.7.3.	Critérios reparatórios sancionatórios para violações de direito autoral com cumulação de danos morais e patrimoniais.....	627
15.8.	Conclusão.....	637
Referências		641
Anexo – Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (atualizada até setembro de 2018)		655